



Discurso & Sociedad

Copyright © 2020
ISSN 1887-4606
Vol. 14(2) 286-308
www.dissoc.org

Artículo

A narração ideológica do escândalo da Petrobrás: análise discursivo-textual dos processos de referenciação em mídia corporativa e alternativa

The ideological narration of the Petrobrás scandal: textual analysis of the processes of reference in corporate and alternative media

Maria Eduarda Gonçalves Peixoto

Universidade Estadual do Ceará

Resumo

Entre março de 2014 e agosto de 2016, o Brasil vivenciou um dos maiores escândalos políticos de sua história, que ficou popularmente conhecido como "Petrolão". O evento desestabilizou o primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e desencadeou o processo de impeachment da presidenta, em um contexto marcado por conflitos de poder e divergências de baliza jurídica. Com o objetivo de descrever e explicar como o escândalo foi narrado por distintas instâncias discursivas de mídia, este artigo realiza uma análise de discurso crítica orientada textualmente de notícias publicadas pelas revistas brasileiras Veja e Carta Capital, entre 2014 e 2016, com foco particular sobre o exame dos processos de representação de práticas de transgressão através de mecanismos de referência lexical. A investigação, que articula uma teoria social do discurso, com base em Fairclough (2000, 2001a, 2001b) e van Dijk (2008, 2012), e uma reflexão sociointeracional de texto, com base em Koch e Elias (2006) e Cavalcante (2012, 2016), revela que o escândalo político constitui-se, em parte, textual e discursivamente, em meio a disputas pela hegemonia informacional do evento, marcadas por investimentos ideológicos de significação que cindem o discurso midiático e indicam a configuração do evento como luta social.

Palavras-chave: Análise de discurso; Escândalo Político; Referência textual.

Abstract

Between march 2014 and august 2016, Brazil experienced one of the greatest political scandals in its history, which became popularly known as "Petrolão". The event destabilized the first year of the second term of Dilma Rousseff, of the Workers' Party (PT), and triggered the impeachment process of the president, in a context marked by conflicts of power and legal divergences. With the aim of describing and explaining how the scandal was narrated by different discursive media instances, this article performs a critical discourse analysis oriented verbatim of news published by the Brazilian magazines Veja and Carta Capital, between 2014 and 2016, with a particular focus on the examination of the processes of representation of practices of transgression through lexical referencing mechanisms. The research, which articulates a social theory of discourse, based on Fairclough (2000, 2001a, 2001b) and van Dijk (2008, 2012), and a sociointerational reflection, based on Koch and Elias (2006) and Cavalcante (2012, 2016), reveals that political scandal is partly textual and discursive, situated in disputes due to the informational hegemony of the event, marked by ideological investments of meaning that break the mediatic discourse and indicate the configuration of the event as a social struggle.

Keywords: Discourse analysis; Political scandal; Text reference.

Introdução

No Brasil, em março de 2014, a Polícia Federal (PF) deflagrou o que logo passou a ser considerada a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro na história do país, a assim denominada Operação Lava Jato. Com um histórico de mais de cinquenta fases de desenvolvimento até o início do semestre de 2019, a operação surgiu quando a Justiça Federal do Paraná, investigando desde 2009 as organizações criminosas Dolce Vita, Bidone, Casablanca e Lava Jato, unificou-as em 2013 sob a alcunha desta última. Tais organizações, lideradas por diferentes doleiros, realizavam crimes diversos, desde sonegação de impostos a contrabando de pedras valiosas, tendo destaque um esquema sofisticado de pagamento de propinas envolvendo grandes empreiteiras, parlamentares e diretores e gerentes de empresas públicas.

Entre agosto e setembro de 2014, à véspera da eleição presidencial protagonizada por Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), então presidenta e candidata à reeleição, e por Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), senador e principal adversário, veio à tona o escândalo do “Petrolão”, assim intitulado pela imprensa corporativa à época, empregando uma expressão que nos faz lembrar, pela sua formação morfológica, o escândalo do “Mensalão”¹, de 2005. Apesar das proporções do escândalo e de seus prejuízos à imagem dos envolvidos, a chapa formada por Dilma Rousseff e pelo vice Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB, antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB) venceu as eleições com 51,64% dos votos válidos em todo o território nacional. O escândalo, no entanto, não perdeu fôlego na mídia e começou a assombrar os primeiros meses do segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff.

No início de 2015, o contexto era de alta dos juros e da inflação, acompanhada de crescente desemprego e contração econômica. A base do governo na Câmara dos Deputados enfraqueceu-se dramaticamente com o esforço de parlamentares em inviabilizar quaisquer propostas e medidas advindas do comando do poder executivo. As crises econômica e governamental foram somadas, então, à crise política de representatividade e de legitimidade, exibida nos altos índices de insatisfação com o governo petista e na sensação de indignação alimentada pelos novos desdobramentos midiáticos do “Petrolão”, que, a essa altura, atingia em cheio às instâncias do poder legislativo, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em março do mesmo ano, dezenas de milhares de brasileiros foram às ruas em protestos que, entre diversas reivindicações, como a do retorno à ditadura militar de 1964, pautavam-se majoritariamente na reprovação da presidenta eleita, promovendo panelaços² e manifestações contra o governo vigente.

Nesse clima de forte tensão popular, em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB) - imediatamente após o partido PT ter anunciado apoio à cassação do seu mandato no julgamento pelo qual passava no Conselho de Ética da casa, em decorrência de seu envolvimento em casos investigados pela Operação Lava Jato - aceitou o pedido de *impeachment*, protocolado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Paschoal, hoje deputada estadual em São Paulo pelo Partido Social Liberal (PSL), a mesma legenda do atual Presidente do Brasil. O pedido sustentou-se mais particularmente na denúncia de crime de responsabilidade fiscal, segundo a Lei N° 13.255³, com base na qual argumentou-se que houve supostamente práticas de empréstimos de bancos federais ao Tesouro a fim de manter os programas sociais do governo petista, o que ficou conhecido pela expressão “pedaladas fiscais”.

Em maio de 2016, a imprensa circulou o áudio de uma conversa, ocorrida em março, poucos dias antes da votação do impedimento pelos deputados, entre o Ministro do Planejamento e senador licenciado Romero Jucá (MDB-RR), alvo de inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) decorrentes da Lava Jato, e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado. Na gravação, o senador Romero Jucá afirmou que, se as investigações da Lava Jato continuassem, ele e outros líderes da política e do setor empresarial seriam gravemente prejudicados, de forma que era preciso encontrar uma solução para “estancar a sangria”⁴. Esta solução, segundo o áudio vazado, seria fazer um “grande acordo nacional” para levar o vice-presidente Michel Temer a ocupar a liderança da Presidência. O então senador Jucá mencionou, ainda, que mantinha diálogo com “ministros do Supremo”, os quais não nomeou, e com “comandantes militares”, para garantir o tal acordo. Embora o conteúdo da conversa, trazido a público em um cenário marcado por contradições e contestações acerca da baliza jurídica do pedido de *impeachment*, em agosto de 2016 Dilma Rousseff foi destituída de seu cargo de Presidente da República do Brasil.

O aprofundamento dos conflitos desencadeados a partir do “Petrolão” no país, racionalizados por metanarrativas que definiram, de um lado, o processo de impedimento segundo a retórica do combate à corrupção, da defesa da pátria e do pleno funcionamento das instituições, e, de outro lado, como golpe de estado que pretendeu aniquilar a agenda política de centro-esquerda iniciada em 2003 com o Governo Lula, tem indicado que o uso cotidiano que se tem feito da expressão “escândalo político” não parece mais inteiramente válido ou suficiente. A concepção de escândalo político tradicionalmente partilhada concebe o evento em termos de julgamento moral, quando uma figura política, grupo ou partido realiza alguma transgressão a leis, normas ou convenções de conduta, tendo sua imagem

prejudicada e podendo sofrer condenações no âmbito da justiça. No entanto, essa concepção torna-se insuficiente diante do debate crítico sobre a cultura política de escândalos no Brasil, devendo ser ampliada e aprofundada em aspectos importantes, na direção de se reconhecer que esses acontecimentos dizem muito mais sobre a sociedade brasileira e o funcionamento de suas estruturas de poder do que sobre a imagem de um ou outro ator político em particular.

Por isso, considero a necessidade de se trazer ao debate crítico sobre escândalos políticos no país a reflexão acerca de um aspecto que, conforme argumento, é constitutivo desses eventos: o discurso. Não pretendo, com isso, indicar o esgotamento de elementos historicamente privilegiados na análise de escândalos, como a corrupção, tampouco afirmar que tudo no evento se reduz à linguagem (*stricto sensu*). Minha argumentação vai na direção de mostrar a razoabilidade de se considerar o discurso como conceito e categoria operacional relevante para a análise social crítica do escândalo político midiático (doravante EPM). Assim, neste artigo, apresento um recorte da minha pesquisa de doutoramento, que consiste em uma análise de discurso crítica textualmente orientada do “Petrolão”. Tendo como horizonte teórico-metodológico a Análise de Discurso Crítica, particularmente quanto à vertente dialético-relacional, com base em Fairclough (1985, 1989, 2000, 2001a, 2001b, 2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), em diálogo com a Teoria Social do Escândalo Político (Thompson, 2002), mais especificamente, realizo uma análise discursivo-textual de notícias publicadas pelas revistas semanais *Veja* e *Carta Capital*, entre 2014 e 2016, com foco sobre os modos de representação de atividades de transgressão a partir de processos de referenciação lexical (Koch e Elias, 2006; Koch 2009), a fim de descrever e explicar como se deu a construção da narrativa do evento em mídia corporativa e alternativa e seus possíveis efeitos ideológicos.

Discurso, texto e ideologia na constituição midiática do escândalo político

De acordo com Fairclough (2003), o discurso, enquanto momento de práticas sociais, realiza-se simultaneamente como *modo de agir*, por exemplo, pelas interações através de gêneros; como *modo de identificar*, construindo identidades sociais e particulares por meio da construção de estilos de ser; e como *modo de representar*, através da significação de partes ou aspectos do mundo. Particularmente neste artigo, meu foco recai sobre o significado representacional do discurso, considerando como as ações de

transgressão que compõem o “Petrolão” são referidas por distintas instâncias de mídia na significação do evento.

Entendo que as instâncias de mídia, como as revistas, (in)formam o escândalo do “Petrolão” à medida que produzem, publicam e fazem circular textos a propósito do evento, a partir de gêneros diversos, como a notícia, compondo uma rede de textos midiáticos, isto é, uma mediação textual (Smith, 1990; Silverstone, 2002). Por isso, o escândalo político é fundamentalmente um acontecimento midiático, o que justifica a minha preferência pela expressão escândalo político midiático (EPM), e discursivamente constituído. Não há escândalos políticos sem os textos que os (in)formam. Quero dizer, com isso, que há uma complexa teia de textos produzidos, distribuídos e consumidos - por exemplo, a partir de reportagens, notícias, comentários, liminares, entrevistas, pronunciamentos, autos de investigação, leis, declarações, boatos e fofocas e, mais recentemente, depoimentos de delação premiada e as chamadas *fake news* - que compõem, histórica e discursivamente, o acontecimento do escândalo político. Nesses termos, é possível falar, conforme defendo, em um gerenciamento discursivo-textual do escândalo político, operado por práticas discursivas de instâncias de mídia.

Dada essa movimentação de textos, é preciso concebê-los para além de suas propriedades formais, de acordo com a Linguística Textual (LT), mais especialmente na vertente sociocognitiva-interacional, segundo a qual o texto é interação: “o lugar mesmo da interação [...] é o texto, cujo sentido ‘não está lá’, mas é construído” (Koch e Elias, 2006: 12, supressão minha). Sendo forma de interação, o texto produz efeitos, tal como argumenta Fairclough (2001, 2003). Associada ao discurso e ao texto, a ideologia passou a ocupar lugar de interesse central nos estudos críticos da linguagem (Eagleton, 1991; Larrain, 1979; Thompson, 2009; van Dijk, 2008). Aqui, entendo ideologia em termos dos significados gerados em relações de poder como “dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder” (Fairclough, 2001: 94). Ao surgir na interseção entre as esferas sociais da política, da mídia e da justiça (PEIXOTO, 2018), o gerenciamento do “Petrolão” torna-se parte de disputas pela aquisição, manutenção e exercício de poder na estrutura social. Não é o caso de se pensar apenas nos embates travados entre figuras políticas ou partidos, trata-se, certamente, de uma luta de poder, onde forças distintas atuam com interesses de dominância e controle na vida social, econômica e cultural do país.

Estou empregando o termo poder em um sentido específico: o poder societal. Conforme explica van Dijk (2008: 41), o poder societal consiste em uma forma de ação e de controle que se dá na relação entre grupos, classes, instituições ou membros: “afirmamos que o grupo A (ou seus membros) possui poder sobre o grupo B (ou seus membros) quando as ações reais ou

potenciais de A exercem um controle social sobre B”. Assim, é preciso estar atento aos efeitos ideológicos possivelmente gerados na construção discursivo-textual do escândalo político pelos *media*. A principal característica da constituição material da ideologia nos textos midiáticos é seu caráter estável, automático e (quase) invisível, pois ela é “mais efetiva quando sua ação é menos visível” (Fairclough, 1989: 85).

Partindo dessa compreensão da relação entre texto e ideologia, um aspecto importante para o qual chamo atenção na constituição midiática do “Petrolão” é o processo de representação de práticas de transgressão em torno do evento, isto é, das ações de transgressão a leis, normas ou condutas supostamente praticadas por atores políticos, grupos ou partidos. Frequentemente, tais processos de representação dão-se a partir da mobilização de recursos de referenciação textual (Koch, Elias, 2006; Cavalcante, 2012, 2016). O movimento de se referir a práticas de transgressão vincula-se estreitamente ao significado representacional do discurso e à ideologia, à medida que a atividade de referenciação é uma elaboração da realidade, uma forma de representá-la, portanto: na verdade, o processo de construção dos referentes implica que “o papel da linguagem não é o de expressar fielmente uma realidade pronta e acabada, mas, sim, o de construir uma elaboração do evento” (Cavalcante, 2016: 105). É por meio dos mecanismos de referenciação a práticas transgressoras no EPM que o texto midiático vai tecendo a materialidade ideológica em um nível sociocognitivo elementar, estabelecendo uma forma de significação do evento, que controla, até certo ponto, nossa compreensão dos acontecimentos informados. Por exemplo, referir-se à prática de abertura de créditos suplementares como “pedalada fiscal”, “roubalheira do PT” ou “suposto crime” gera efeitos ideológicos distintos, que podem interferir em como os cidadãos interpretam as ações e desenvolvem juízos de valor sobre os sujeitos envolvidos.

Para este artigo, interessa i) descrever como as práticas de transgressão, cuja representação compõe a sequência dos desdobramentos do “Petrolão”, são referidas nas notícias das revistas *Veja* e *Carta Capital*, no percurso histórico de 2014 a 2016, e ii) explicar, comparativamente, os modos pelos quais os mecanismos referenciais de representação dessas práticas podem produzir efeitos ideológicos distintos na significação do escândalo. Para isso, enfatizo dois tipos de processos referenciais na análise discursivo-textual (Koch, 2004; Koch e Elias, 2006): a *introdução referencial*, quando o referente (no caso, uma prática de transgressão) é ativado como objeto-de-discurso na notícia por meio de alguma expressão referencial (sintagma nominal), e a *continuidade referencial*, quando o objeto já trazido ao discurso é reativado, mantendo a progressão referencial.

Ambos os processos podem se dar, no nível linguístico-textual, a partir do emprego de *formas remissivas gramaticais* e de *formas remissivas lexicais*. As formas remissivas gramaticais não fornecem instruções de sentido, podendo ser do tipo presas (no caso dos determinantes, como artigos definidos e indefinidos, pronomes adjetivos e numerais cardinais e ordinais) ou do tipo livres (como os pronomes pessoais de 3ª pessoa, pronomes substantivos em geral e advérbios ou expressões adverbiais). Já as formas remissivas lexicais apresentam instruções de sentido e de concordância, podendo ser formadas por expressões ou grupos nominais definidos, nominalização, expressões sinônimas ou quase-sinônimas, hiperônimos e formas lexicais indicadoras de categorização.

No quadro abaixo, sintetizo a relação que estabeleci entre significado representacional do discurso, texto e processos de referenciação e efeito ideológico:

Quadro norteador para a análise discursivo-textual do “Petrolão”			
<i>Dimensão de análise</i>	Discurso	Texto	Ideologia
<i>Foco</i>	Significado representacional	Referenciação	Relações de poder
<i>Questão</i>	Quais práticas de transgressão são representadas?	Como as representações das práticas de transgressão são realizadas nas notícias através de processos de referenciação?	Quais os efeitos ideológicos gerados a partir dos mecanismos de referenciação empregados nas notícias?

Quadro 1 – Quadro norteador para a análise discursivo-textual do “Petrolão”: discurso, texto e ideologia

Adiante, passo ao detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados na investigação, organizados em três etapas de trabalho.

Procedimentos metodológicos de análise: seleção, organização e exame do *corpus*

A primeira etapa da análise deu-se com a identificação e a classificação das duas principais instâncias discursivas de mídia do “Petrolão”: as revistas *Veja* e *Carta Capital*.

Com a expressão instância discursiva de mídia corporativa (IEM-corporativa), refiro-me à comunicação baseada no acesso privilegiado e preferencial a recursos financeiros e simbólicos valorizados em nossa cultura. Durante o “Petrolão”, variados veículos de imprensa de circulação

massiva atuaram, de um lado, na construção da memória e do consenso do escândalo como objeto de conhecimento, à maneira de uma fabricação de sentidos com o propósito de instituir uma hegemonia informacional, e, de outro, na contínua (re)estruturação de estratégias políticas nos jogos de poder em torno do *impeachment*. Entendo a atuação desses veículos como *carrier-group*: são mídias que “operam na massificação de um determinado olhar e produção de sentido sobre um acontecimento” (Castilho, Lima, 2014: 177). Por isso, o veículo que seleciono como representante da IDM-corporativa é a revista *Veja*.

Fundada em setembro de 1968, durante o regime militar brasileiro, *Veja* é a maior publicação no país em números absolutos: faz circular cerca de 862 mil exemplares por semana, com mais de 6 milhões de leitores e 30 milhões de usuários no site⁵. Pertence ao Grupo Abril, um dos maiores conglomerados de comunicação e distribuição da América Latina, que possui mais de 90 títulos e sites, entre mídia, distribuição, licenças, assinaturas, *big data*, operação e-commerce, eventos, *branded content* e gráfica. Em 2017, a revista havia publicado dezenas de matérias sobre o “Petrolão”, entre notícias, reportagens e entrevistas, considerando o total das publicações desde 2014, com as primeiras denúncias de corrupção na Petrobrás. Lembro o(a) leitor(a) que, dado o engajamento da revista na “cobertura” do evento, houve evidente ampliação de sua visibilidade: ainda em 2017, *Veja* obteve a maior receita de sua história (48% maior que a de 2016) com a venda de anúncios publicitários e passou a fazer circular pelo menos 20 mil exemplares a mais por edição do que nos anos anteriores⁶.

Em contraposição à IDM-corporativa, identifico o tipo de comunicação que assume uma postura de resistência aos modelos de cognição social instituídos pelos grupos de mídia dominantes como instância discursiva de mídia alternativa (IDM-alternativa). Como esclarece Grinberg (1987: 20), a comunicação alternativa é uma expressão que pode ser usada para identificar aqueles meios de comunicação que fazem “frente aos grupos que usufruem, em proveito de setores privilegiados (econômicos e/ou políticos) a propriedade e/ou controle dos meios de informação”. Entendo, pois, que ela opera como contra-pauta em relação aos congêneres hegemônicos, desmonopolizando ou pulverizando as movimentações de significação no “Petrolão”. Por isso, escolho como exemplar a revista *Carta Capital*.

Lançada em 1994, hoje é publicada semanalmente pela Editora Confiança, que possui, além da *Carta*, apenas mais dois títulos, a *Carta na Escola* (para professores do Ensino Médio) e a *Carta Fundamental* (para docentes do Ensino Fundamental), mantendo, ainda, algumas colunas e blogs independentes e uma unidade produtora audiovisual, a *TV Carta*. A revista causa polêmica desde 2002, assim como nas eleições seguintes, com

suas declarações abertas de apoio às candidaturas de Lula (PT) e de Dilma Rousseff (PT) à presidência da república. Com queda progressiva no índice de circulação nacional por edição, saindo da média de 29.513 em 2014⁷ para 20.594 no primeiro semestre de 2017⁸, enquanto *Veja* alcançou crescimento de 8% na mesma época, a *Carta* tem se mobilizado cada vez mais no meio virtual, com quase 2 milhões de seguidores, onde o público de leitores e os formatos de comunicabilidade são mais diversificados.

Identificadas e classificadas as revistas *Veja* e *Carta Capital*, seguimos para a segunda etapa do procedimento metodológico, que consiste na coleta e organização do *corpus* para exame.

O primeiro passo é a organização narratológica do escândalo, considerado o intervalo temporal de 2014 a 2016. É comum que no escândalo surjam muitos elementos surpreendentes, como novas denúncias, novos personagens, novas transgressões, que reconfiguram o relato do evento continuamente. Mediante esta natureza do escândalo, Thompson (2002) propôs entendê-lo a partir de sua organização em fases de desenvolvimento narratológico: i) pré-escândalo, quando surgem as denúncias; ii) escândalo propriamente dito, quando o evento se desdobra; iii) clímax, quando o escândalo alcança sua fase mais crítica, por exemplo, com confissões de culpa, renúncias, demissões e julgamentos; e iv) consequências, quando se dão avaliações acerca dos fatos e se discutem seus efeitos sobre a vida dos sujeitos envolvidos.

Segundo Motta (2013: 97), na narratologia dispõe-se o evento em unidades temáticas, isto é, “intrigas que contenham princípio, meio e final de uma história única (como aliás fazem, de maneira natural, os leitores, ouvintes e telespectadores nos atos de recepção)”. Tais unidades temáticas são tratadas, aqui, em termos de sequências narrativas. Conforme Barthes (1975: 63), sequência narrativa é uma série lógica de núcleos, em que as unidades são ameaçadas, à medida que “a dimensão temporal, sobre a qual se encontram situadas, é ‘dicotomizada’ em um antes vs um depois” (Barthes, 1975: 63). Essa dicotomia corresponde à reviravolta da situação, às mudanças de tema entre um momento e outro do escândalo. Assim, organizo a progressão informacional do “Petrolão” em quatro sequências narrativas, que são estruturadas em quatro núcleos temáticos, conforme ilustra o Quadro 2, que o(a) leitor(a) verá mais à frente.

Delimitadas as sequências da narratologia do “Petrolão”, passamos ao segundo passo, que é a coleta do *corpus*. Organizo o conjunto de dezenas de notícias publicadas pelas revistas, em ambiente virtual on-line, de acordo com o período referente às sequências narrativas do escândalo. Para isso, seleciono aquelas cujo conteúdo considero mais diretamente associado à unidade temática de cada período da narrativa. Elejo, para cada sequência, duas notícias, uma de cada revista, a partir do que chamo de perfil

contrastivo entre os textos. Por contraste, refiro-me ao tipo de relação entre os textos que é definida por contradições ou momentos de divergência acerca do que está sendo informado, à maneira de um efeito de paralaxe, em que há deslocamentos na significação de um determinado objeto-de-discurso em razão dos pontos de vista de abordagem. Ao todo, são oito notícias compondo o *corpus* para análise discursivo-textual.

Sintetizo, no quando adiante, a delimitação da semiose discursivo-textual do evento para análise, exibindo a seleção e a organização do *corpus*:

Sequência narrativa	Unidade temática	Revista <i>Veja</i>	Revista <i>Carta Capital</i>
I	Deflagração da Operação Lava Jato pela PF (Período: de março de 2014 a setembro de 2014)	Notícia - <i>Fornecedores da Petrobrás sob suspeita financiaram campanha de 121 parlamentares em atividade.</i> Publicação: 07/05/2014	Notícia - <i>Operação Lava Jato está nas mãos de Sérgio Moro e Rodrigo Janot.</i> Publicação: 10/09/2014)
II	Eleições presidenciais de 2014 (Período: de outubro de 2014 a janeiro de 2015)	Notícia - <i>Dilma e Lula sabiam da roubalheira na Petrobrás, segundo Youssef.</i> Publicação 23/10/2014	Notícia - <i>TSE: a publicidade da VEJA é propaganda eleitoral.</i> Publicação: 25/10/2014
III	Desestabilização do governo de Dilma Rousseff (Período: de fevereiro de 2015 a dezembro de 2015)	Notícia - <i>O penúltimo degrau da Lava Jato.</i> Publicação: 19/06/2015	Notícia - <i>As consultorias na mira da Lava Jato.</i> Publicação: 03/07/2015
IV	O processo de impeachment de Dilma Rousseff (Período: janeiro de 2016 - outubro de 2016)	Notícia - <i>Senado encerra mandato de Dilma e fecha ciclo de poder no PT.</i> Publicação: 31/08/2016	Notícia - <i>Senado aprova impeachment e destitui Dilma.</i> Publicação: 31/08/2016

Quadro 2 – Organização narrativa do “Petrolão”: seleção e organização do *corpus*.

Por fim, a terceira etapa do procedimento metodológico consiste no trabalho de categorização dos processos referenciais identificados nas oito notícias

selecionadas. Abaixo, apresento um quadro que esquematiza todos os processos referenciais identificados e categorizados, dispostos de acordo com a ordem em que aparecem na sequência narratológica do escândalo.

Em *Veja*:

VEJA		
Referente: prática de transgressão	Introdução referencial	Continuidade referencial
Esquema de pagamento de propinas na Petrobrás	(introduzido por sintagma verbal) <i>um caso</i> (expressão nominal) <i>assalto aos cofres públicos</i> (grupo nominal)	<i>isso</i> (pronome substantivo) <i>contribuições de campanha</i> (expressão nominal) <i>maior volume recebido</i> (expressão nominal) <i>repasses</i> (nominalização) <i>as doações</i> (nominalização) <i>Roubalheira</i> (nominalização) <i>essas três infrações</i> (expressão nominal) <i>o esquema</i> (nominalização) <i>Esquema</i> (nominalização) <i>esquema criminoso</i> (expressão nominal) <i>uma engrenagem</i> (expressão nominal) <i>o cartel de empresas</i> (forma referencial de categorização) <i>doações eleitorais</i> (expressão nominal) <i>uso de dinheiro desviado das estatais</i> (grupo nominal)
Improbidade administrativa	<i>crime de responsabilidade</i> (expressão nominal)	<i>os crimes orçamentários</i> (expressão nominal) <i>pedaladas fiscais</i> (nominalização)
Caixa 2 eleitoral (Prestação de declaração falsa de recursos para campanha)	<i>pagamento de caixa dois</i> (expressão nominal)	∅

Quadro 3 – Processos de referência em *Veja*

Em *Carta Capital*:

CARTA CAPITAL		
Referente: prática de transgressão	Introdução referencial	Continuidade referencial
Formação de coligação partidária sob acordos de recompensas	<i>a promíscua relação entre seus partidos</i> (grupo nominal)	∅
Doação para campanha eleitoral em troca de vantagens	<i>doações eleitorais</i> (expressão nominal)	∅
Licitação fraudulenta	<i>licitações milionárias</i> (expressão nominal)	∅
Procedimentos escusos na privatização de estatais no governo FHC	<i>as privatizações na era FHC</i> (grupo nominal)	∅
Corrupção e lavagem de dinheiro em Portugal sob liderança do banqueiro Daniel Dantas	<i>a operação Satiagraha</i> (expressão nominal)	<i>a relação de Daniel Dantas e políticos de PT, PSDB e demais partidos</i> (grupo nominal)
Esquema de captação e remessas ilegais de divisas para o exterior através do Banestado	<i>escândalo do Banestado</i> (expressão nominal)	∅
Esquema de pagamento de propinas na Petrobrás	<i>o dinheiro oriundo de práticas ilícitas</i> (grupo nominal) <i>a emissão de três decretos orçamentários sem autorização do Congresso</i> (grupo nominal) <i>o atraso no repasse do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil</i> (grupo nominal)	<i>algo muito maior do que o imaginado</i> (grupo nominal) <i>esquema de corrupção da Petrobrás</i> (grupo nominal) <i>uma organização criminosa</i> (expressão nominal) <i>o esquema criminoso</i> (expressão nominal) <i>supostos fatos criminosos envolvendo a presidenta da República</i> (grupo nominal) <i>delitos cometidos na Petrobrás</i> (grupo nominal) <i>o cartel de empreiteiras</i> (expressão nominal) <i>desvios</i> (nominalização) <i>pedala fiscal</i> (nominalização) <i>crime de responsabilidade</i> (expressão nominal) <i>casos de corrupção envolvendo o PT na Lava Jato</i> (grupo nominal)

<p>Publicação antecipada de uma edição de VEJA com características de propaganda eleitoral</p>	<p><i>propaganda eleitoral</i> (expressão nominal)</p>	<p><i>edição [...] antecipada</i> (expressão nominal) <i>ataques à Dilma</i> (expressão nominal) <i>verdadeiro panfletário de campanha</i> (grupo nominal) <i>a realização de propaganda eleitoral de conteúdo negativo</i> (grupo nominal) <i>a tentativa de interferência no curso das campanhas eleitorais</i> (grupo nominal) <i>propaganda eleitoral</i> (expressão nominal) <i>utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social</i> (grupo nominal) <i>excepcional capacidade de influenciar a opinião dos eleitores</i> (grupo nominal) <i>inverídica, difamatória e caluniosa</i> (expressão nominal)</p>
<p>Vazamento e veiculação indevida de depoimento do doleiro Alberto Youssef pela imprensa</p>	<p><i>ampla divulgação de supostos fatos criminosos envolvendo a presidenta da República</i> (grupo nominal)</p>	<p>∅</p>
<p>Lavagem de dinheiro entre Camargo Corrêa e empresas de consultoria</p>	<p><i>as doações eleitorais</i> (expressão nominal) <i>valores recebidos de obras públicas</i> (grupo nominal) <i>os pagamentos efetuados a consultorias</i> (grupo nominal) <i>a operação Castelo de Areia</i> (expressão nominal)</p>	<p><i>modus operandi</i> (nominalização) <i>repases a obras da própria Petrobras e de vários órgãos públicos</i> (grupo nominal) <i>a mecânica dos repases</i> (expressão nominal) <i>as obras públicas possivelmente fraudadas</i> (grupo nominal) <i>os repases de propina</i> (expressão nominal) <i>de doações eleitorais</i> (expressão nominal) <i>as novas informações</i> (forma referencial de categorização) <i>Irregularidades</i> (nominalização) <i>os crimes apurados</i> (expressão nominal) <i>Desvios</i> (nominalização) <i>esquema de pagamento de propina</i> (grupo nominal) <i>movimentações em offshore e</i></p>

		<i>contas no exterior</i> (grupo nominal) <i>um suposto esquema de pagamento de propina da construtora Camargo Corrêa</i> (grupo nominal) <i>o pagamento de propina da empresa a agentes públicos</i> (grupo nominal) <i>todo o esquema de distribuição de propina da empreiteira</i> (grupo nominal)
Irregularidades nas doações à campanha eleitoral da chapa Dilma-Temer em 2014	<i>uma ação</i> (expressão nominal)	∅
Participação indevida de auditor do TCU na elaboração da representação contra Dilma no processo de impeachment	(introduzido por sintagma verbal)	∅
Ações criminosas de Eduardo Cunha no contexto do escândalo da “Petrobrás”	<i>“esforços”</i> (nominalização)	<i>Outro objetivo da pressão sobre o Executivo</i> (grupo nominal) <i>As ameaças</i> (nominalização) <i>A chantagem</i> (nominalização) <i>quebra de decoro parlamentar</i> (grupo nominal)
Conversa entre Sérgio Machado e Romero Jucá sobre assegurar um acordo nacional com instâncias da justiça, do parlamento e da força armada para viabilizar o impeachment e frear a Lava Jato	<i>um único objetivo</i> (expressão nominal)	∅
Vazamento e publicação indevida na imprensa de conversa entre a então presidente da república Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula	<i>os grampos</i> (nominalização)	<i>as gravações</i> (nominalização) <i>um áudio específico</i> (expressão nominal) <i>o áudio sobre o termo de posse</i> (grupo nominal)

Quadro 4 – Processos referenciais em *Carta Capital*

Legenda:

	Transgressão original
	Transgressão de segunda ordem
∅	Sem remissão

Explanados os procedimentos metodológicos de seleção, organização e exame do *corpus*, passo, adiante, à apresentação dos resultados e discussão acerca dos efeitos ideológicos dos discursos midiáticos de *Veja* e de *Carta Capital*.

Narrando o “Petrolão”: o discurso midiático e seu efeito ideológico

A prática mais frequentemente referida ao longo das notícias de *Veja* é a da transgressão de primeira ordem do “Petrolão”, isto é, aquela cuja denúncia é a condição do próprio escândalo, a saber, o conjunto de ações de pagamento de propinas envolvendo a estatal Petrobrás, que compôs o alvo da Operação Lava Jato em suas fases iniciais e que protagonizou o abalo da chapa de Dilma Rousseff nas eleições de 2014. Ao todo, são 16 remissões, considerando os processos de introdução e de continuidade referencial. Em seguida, com 3 remissões, a segunda prática mais referida é a da improbidade administrativa, que ficou conhecida mais popularmente como “pedaladas fiscais” e que foi apropriada como base da denúncia contra Dilma no processo de *impeachment* entre 2015 e 2016. Por último, a terceira prática de transgressão referida diz respeito à acusação de caixa 2 na campanha presidencial de Dilma nas eleições de 2014.

Distintamente do que acontece em *Veja*, com a inclusão somente da transgressão de primeira ordem, vinculada diretamente à imagem da ex-presidenta Dilma, a revista *Carta Capital* inclui em seu painel um número mais heterogêneo de práticas de transgressão. Na totalidade, *Carta* inclui em suas notícias 15 práticas de transgressão, sendo aquela mais predominantemente referida a da lavagem de dinheiro envolvendo a relação de empresas de consultoria com a empreiteira Camargo Corrêa, investigada na Lava Jato. Uma transgressão de segunda ordem, portanto. Essa prática, com 19 remissões, é abordada particularmente quanto a outra operação da PF, a Castelo de Areia, deflagrada em 2009 e anulada em 2011. A revista mostra que a operação Castelo, que já desmascarava um esquema de pagamento de propinas entre diretores da empresa paulista citada e operadores de repasse a políticos, como o doleiro Alberto Youssef, antecipou a Lava Jato, devendo ser seriamente reapropriada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal para alavancar e ampliar o seu desempenho no combate à corrupção.

Durante o escândalo, a comunicação alternativa geralmente abordou temas distintos da pauta estabelecida pela corporativa, fez crítica direta à imprensa hegemônica e alterou a hierarquia de informações, dando prioridade a outros aspectos dos acontecimentos tornados públicos. Uma característica identificadora da atuação das instâncias de mídia alternativa e corporativa no interior da constituição discursivo-textual do “Petrolão” é a centralização temática na progressão cronológica das notícias. Enquanto *Veja* centraliza em um referente o processo de significação do escândalo, pautando somente a transgressão originária do evento, *Carta Capital* descentraliza o objeto-de-discurso ao longo de suas matérias, incluindo

outros referentes a propósito dos quais desenvolve contra-pautas em relação ao que é tematizado predominantemente pela mídia corporativa.

Os discursos de *Veja* e *Carta Capital* atuam na construção de memórias, pois é a partir desses modos de referenciação a determinadas ações transgressoras que representações da realidade podem se constituir cognitivamente na mente da audiência que consome os produtos simbólicos dos meios de comunicação, tratando-se, pois, do próprio modo de operação de ideologias. Em *Veja*, a indução para ativação do referente na memória dá-se a partir de repetidas retomadas designativas da prática de corrupção na Petrobrás envolvendo Dilma, Lula e PT. Essa redução do escândalo à prática referida e a representação dessa prática com foco sobre os participantes petistas são inculcadas na memória a partir da repetição constante de expressões nominais e nominalizações predominantemente relacionadas ao campo semântico do crime (como “esquema criminoso” e “infração”), investidas metaforicamente (“assalto aos bancos” e “pedaladas”) e recategorizadas por neologismos (“roubalheira” e “petrolão”). Em *Carta Capital*, a audiência é potencialmente induzida a lembrar de diversas práticas de transgressão no sistema partidário nacional, em períodos distintos, trazendo à tona o esquema da Petrobrás mais secundariamente, como parte do quadro geral do histórico de corrupção no país.

Em *Veja*, há predomínio dos mecanismos de expressão nominal (9) e de nominalização (6), seguidos de grupo nominal (3), forma referencial de categorização (1) e pronome (1). Em termos sociocognitivos, os dois primeiros mecanismos revelam controle estrutural na racionalização do evento, pois são organizadores e designadores da realidade referida. São substantivos e expressões curtas classificadoras, que, pela repetição e força apelativa, tornam a representação construída da prática criminosa um já-dito, um pressuposto, uma referência facilmente apreensível e identificável pela audiência. Em *Carta Capital*, há predomínio de grupo nominal (29) e expressão nominal (22), seguidos de nominalização (10) e forma referencial de categorização (1). Observa-se que o uso de sintagmas mais extensos revela o esforço de não transformar a prática originária ou qualquer outra em um pressuposto, sendo sempre um objeto-de-discurso em formação, pois, a cada grupo nominal, novos elementos caracterizadores das práticas são exibidos, não reduzindo, simplificando ou reificando as práticas representadas (por exemplo, a prática de transgressão envolvendo a empresa Camargo Corrêa é referida como “repasse a obras da própria Petrobras e de vários órgãos públicos” e, em seguida, como “movimentações em offshore e contas no exterior”).

Caracterizando, em vez de designando, como se viu em *Veja*, *Carta Capital* não apresenta recategorizações metafóricas das práticas, não utiliza

a expressão “petrolão”, que na memória coletiva é um referente associado ao escândalo do “mensalão”, vinculado ao PT, e opta por especificar o teor das práticas quando de sua referência, isso é, não faz referências generalizadas por um substantivo (como “crime”), mas, à medida em que faz a remissão, já detalha a sua caracterização (como “a emissão de três decretos orçamentários sem autorização do Congresso”).

Em *Veja*, a narrativa construída é à maneira de uma tragédia, pois a história repetidamente contada ao longo das notícias é a da derrocada do partido PT, de Dilma e de Lula em razão de suas próprias ações, supostamente criminosas. Pode-se dizer, inclusive, que se trata da narrativa de uma tragédia anunciada, pois a revista se coloca como tendo advertido a sociedade do “perigo” que a sigla partidária e de seus principais líderes representavam para país. Não há uma sequência de práticas transgressoras na história do “Petrolão” em *Veja*, mas um permanente retorno à origem, à prática transgressora originária do escândalo, à maneira mesmo de uma tragédia, em que o fim seria explicado e justificado por um destino selado na origem. O tom apelativo encontrado nas recategorizações metafóricas e nos neologismos acentua o caráter de tragédia. Já em *Carta Capital*, dada a pulverização dos referentes, havendo na verdade não um, mas vários objetos-de-discurso, sequencialmente dispostos e referidos a propósito do ritmo de investigação da operação Lava Jato, tem-se uma subnarrativa, que descreve e caracteriza o processo de *impeachment* de Dilma contra um pano de fundo que apresentaria os vários elementos de um contexto mais global de enfraquecimento e violação de princípios fundamentais das democracias. A análise discursivo-textual mostra que, em ambas as revistas, há controle sobre as representações nas produções textuais para favorecer ou desfavorecer determinados participantes. Há uma disputa, de cada lado, pela hegemonia informacional do escândalo, e, neste contexto, os dois veículos integram, de distintos modos, a estrutura de poder da mídia na sociedade. Exemplo disso é que as duas revistas reivindicam os mesmos valores de verdade (em oposição à ideia de subjetividade e interesses particulares), de legitimidade de suas narrativas e de compromisso com a democracia e suas instituições, colocando-se como porta-vozes da sociedade e como relatoras dos fatos, não contestando, à maneira de uma mídia alternativa radical, os próprios arranjos de poder que compõem o *modus operandi* de atuação da imprensa como elite simbólica no país.

A análise do significado representacional aponta para a direção de se pensar que o exercício do poder da mídia corporativa, ao narrar o evento como a realização de um crime por um partido e seus líderes, e o exercício do poder da mídia alternativa, ao desfocar a transgressão originária, contando-a como uma subnarrativa, são se limitam simplesmente a uma forma de ação unilateral sobre a audiência, mas em formas de mediações

textuais como interação social, implicando questões de distribuições desiguais de poder e resistência, inclusive quanto aos modos de recepção e consumo das notícias.

Conclusão

Ao fim do percurso de análise do significado representacional das notícias de *Veja* e *Carta Capital* a propósito do “Petrolão”, examinando os processos de referência a práticas de transgressão e sua relação com o efeito ideológico, fica evidente que não se pode pensar seriamente o escândalo político sem abordar o seu aspecto discursivo-textual, pois, do contrário, corre-se o risco de excluir aquilo que é fundamentalmente constitutivo do evento. São os textos, produzidos pelos *media* por meio de deslocamentos, traduções e recontextualizações, que criam uma ampla e complexa rede de mediação textual, cujos movimentos de significação, marcados definitivamente por tensões e relações de poder e investidos ideologicamente, circulam nos espaços públicos e atravessam suas fronteiras, chegando ao âmbito mais privado da vida dos cidadãos. São os textos que, a curto e longo prazos, seja imediatamente, seja através dos anos, estruturam parcialmente racionalidades políticas, isto é, formas de percepção, compreensão e avaliação dos acontecimentos, dos sujeitos e das práticas no campo da política especialmente, mas também em outras esferas da sociedade. São os textos que constroem a memória do evento e compõem juízos de valoração. São os textos, por excelência, que tornam o escândalo político um objeto da consciência, sobre o qual falamos e a propósito do qual construímos conhecimentos e reproduzimos ou transformamos valores e condutas quanto a formas de vida na sociedade.

Os movimentos de significação, quando investidos ideologicamente, podem tornar um político ou partido o inimigo a ser destruído; exercem controle (até certo ponto) sobre o corpo social, estabelecendo modos de racionalização dos acontecimentos; definem a pauta das conversas cotidianas; compõem historicamente memórias e experiências; alteram o processo político e mudam os rumos do pleito eleitoral; intervêm sobre nossas afecções e condutas; provocam indignação e incitam ânimos; influenciam a decisão do voto e sua justificativa; narram a história e produzem registros no tempo; entre muitos outros efeitos. O escândalo político, portanto, não deve ser encarado tão-somente como sendo a publicização de uma ação de transgressão no campo político pelos meios de comunicação. Seríamos ingênuos (ou cínicos), se o definíssemos assim. O que a análise da sua natureza discursivo-textual coloca em evidência é que se trata sempre de uma luta por significados, que pode operar

ideologicamente por sentidos nas formas de controle e dominância, mas também pode se dar nas formas de contradição e de resistência.

Notas

¹ O escândalo brasileiro popularizado pelo neologismo “Mensalão”, desenvolvido entre 2005 e 2006, durante o governo Lula, revelou a compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional, envolvendo principalmente práticas de evasão de divisas, formação de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro.

² O termo “panelaço”, como explicam Colombo e Martelli (2015), faz referência a uma forma de protesto criada popularmente na América Latina nos anos 70, época em que, contra os regimes autoritários e ditatoriais, pessoas insatisfeitas com determinado governo ou figura política manifestavam sua reprovação, especialmente mediante à queda de poder aquisitivo de suas classes, através de batidas de panelas ou outros utensílios metálicos de cozinha.

³ Lei Nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União. Atualmente disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/L13332.htm>.

⁴ Neste parágrafo, as expressões entre as aspas foram retiradas da íntegra do áudio, disponibilizado pela Folha de São Paulo em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>>.

⁵ “Veja”, PubliAbril, s/d. Disponível em: < <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

⁶ “Revista Veja supera 48% em sua receita publicitária de janeiro”, Grupo Abril, s/d. Disponível em: <http://www.grupoabril.com.br/pt/imprensa/releases/revista-veja-supera-em-48-sua-receita-publicitaria-de-janeiro/>. Acesso em: 19 mar. 2017.

⁷ “Circulação de revistas semanais”, Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER), s/d. Disponível em: < <http://www.aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

⁸ “Veja cresce 8% em circulação e chega a 80% de participação de mercado”, Exame, 3 jul. 2017. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/veja-cresce-8-em-circulacao-e-chega-a-80-de-participacao-de-mercado-shtml/>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

Referências

Barthes, R. (1975). A Retórica Antiga. In: COHEN, J. *Pesquisas de Retórica*. Petrópolis: Vozes. p. 147-232.

- Castilho, M.; Lima, T. (2014).** A pauta na capa: a mídia corporativa como porta-voz do controle e ordem social na cidade do Rio de Janeiro. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.176-194.
- Cavalcante, M. (2016).** *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto.
- Cavalcante, M. M.; Lima, S. C. de. (orgs.) (2012)** *Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2012.
- Chouliaraki, L.; Fairclough, N. (1999).** *Discourse in Late Modernity*. Edinburg: Edinburg University Press.
- Eagleton, T.(1991).** *Ideology: an introduction*. London: Verso, 1991.
- Fairclough, N. L. (2001)b.** A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, C. (Org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Fairclough, N. L. (2003).** *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Fairclough, N. L. (1985).** Critical and descriptive goals in discourse analysis. *Journal of Pragmatics*, v. 9, p. 739-763, 1985. Disponível: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0378216685900025>>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- Fairclough, N. L. (2000).** Discourse, social theory, and social research: the discourse of welfare reform. *Journal of Sociolinguistics*, v. 4, n. 2, p. 163-195. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/227689051_Discourse_Social_Theory_and_Social_Research_The_Discourse_of_Welfare_Reform>. Acesso em: 23 set. 2017.
- Fairclough, N. L. (2001a).** *Teoria social do discurso*. Brasília, DF: Ed. UnB.
- Fairclough, N. (1989).** *Language and power*. New York: Longman.
- Fairclough, N.; Jessop, R.; Sayer, A. (2002)** Critical realism and semiosis. *Journal of Critical Realism*, v. 5, n. 1. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/313037147_Critical_realism_and_semiosis>. Acesso em: 18 set. 2017.
- Fairclough, N. (2012).** Análise crítica do discurso como método na pesquisa científica social. Tradução de Iran Ferreira de Melo. *Linha d'Água*, n. 25, n. 2, p. 307-329. Disponível: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728>>. Acesso em: 29 jun. 2016.
- Grinberg, M. S. (1987).** Comunicação Alternativa: dimensões, limites, possibilidades. In: GRINBERG, M. S. *A Comunicação alternativa na América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes.

- Halliday, M. A. K. (1978).** *Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning.* Baltimore: University Park Press, 1978.
- Koch, I.; Elias, V. (2006).** *Ler e compreender: os sentidos do texto.* São Paulo: Contexto.
- Larraín, J. (1979).** *The concept of ideology.* Athens: University of Georgia Press.
- Motta, L. G. (2013).** *Análise Crítica da Narrativa.* Brasília: Editora UnB.
- Smith, D. (1990).** *Texts, facts and femininities: exploring relations of ruling.* Abingdon: Routledge.
- Thompson, J. B. (2009).** *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.* 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- Thompson, J. B. (2002).** *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia.* Petrópolis: Vozes.
- Van Dijk, T. A. (2008).** *Discurso e poder.* São Paulo: Contexto.

Nota biográfica



Maria Eduarda Gonçalves Peixoto

Bacharelado em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Mestrado e Doutorado em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (UECE), com formação complementar pela Escola de Altos Estudos em Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Como membro do Grupo de Estudos em Análise de Discurso Crítica (UECE), do Grupo de Estudos de Direcionamentos Ideológicos e Disputa de Poder nas Relações entre Mídia e STF (UFC) e do Grupo de Estudos de Discurso, Identidade e Prática Social (UFC), publica artigos em periódicos nacionais e internacionais e apresenta trabalhos com interesse particular pelos seguintes temas: discurso, mídias corporativa e alternativa, escândalo político, eleições, ideologia, hegemonia e antagonismo social. É docente do Curso de Especialização em Semiótica Aplicada da UECE e parecerista ad hoc de revistas científicas nacionais.

E-mail: mariaeduardagp@gmail.com